

CONTRATO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – Contratação da prestação de serviços para " Elaborar um estudo prévio suscetível de aferir, preliminarmente, da viabilidade da transferência da gestão de resíduos urbanos, atualmente sob a alçada do Município, para a empresa municipal Águas de Fafe" – PROC. 157/ABS/2024

Entre:

O Município de Fafe, pessoa coletiva de direito público número 506 841 561, com sede na avenida 5 de Outubro, representado pelo José Augusto Gonçalves Ferreira na qualidade de Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do Despacho n.º 83/2024, de 01 de julho, doravante **Primeiro Outorgante**.

E

Associação Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados (Ic), contribuinte n.º [REDACTED], com sede na [REDACTED] freguesia de [REDACTED] Concelho de Lisboa, com Inscrição no Fichero Central de Pessoas Coletivas, conforme Certidão Permanente com o código de acesso [REDACTED] representada no ato por Luís Paulo Rebelo Barreto Xavier, na qualidade de Presidente da Associação, titular do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED] e Martim Avillez de Azevedo Menezes, na qualidade de Vogal da Direção da Associação, titular do Cartão de Cidadão n.º [REDACTED] a qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme procuração junto ao processo, doravante **Segundo Outorgante**.

Tendo em conta:

- a) A decisão de adjudicação foi autorizada por despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 31 julho de 2024, do procedimento referente a ajuste direto referida em epígrafe;
- b) O subsequente ato de aprovação da minuta do presente contrato, por despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, em 31 de julho de 2024;
- c) No presente contrato não é exigida caução.

E considerando que

- a) A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental inserida na rubrica do Orçamento Ordinário da Câmara Municipal de Fafe para 2024, com a classificação económica 02/020214, referente ao Plano 2022/A/4;
- b) A despesa tem o compromisso válido número 2024/1539, efetuado com base no cabimento n.º 2024/1505, a que se refere a requisição externa de despesa número 1660 datada de 31 de julho de 2024.

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira**Objeto do Contrato**

O Segundo Outorgante obriga-se perante o Primeiro Outorgante a prestar os **Contratação da prestação de serviços para " Elaborar um estudo prévio suscetível de aferir, preliminarmente, da viabilidade da transferência da gestão de resíduos urbanos, atualmente sob a alçada do Município, para a empresa municipal Águas de Fafe"**, em conformidade com o convite, cláusulas contratuais do caderno de encargos, designadamente os requisitos gerais e especificações técnicas constantes da Parte II, e da sua proposta datada de 26 de julho de 2024.

Cláusula Segunda**Preço Contratual**

Pela prestação do serviço previstos na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço global de 19.000,00€ (dezanove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula Terceira**Prazo de Execução**

O Segundo Outorgante obriga-se a prestar o serviço já identificado, em conformidade com a cláusula quarta do Caderno de Encargos.

Cláusula Quarta**Plano de Pagamento**

O pagamento do encargo previsto será efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor e nos termos do respetivo Caderno de Encargos.

Cláusula Quinta**Gestor do Contrato**

Para fiscalização do cumprimento integral da totalidade das obrigações do presente contrato, o Primeiro Outorgante designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos,

**Cláusula Sexta****Proteção de Dados Pessoais**

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril.
2. Constituem, designadamente, obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais da entidade adjudicante (RT), para tratamento dos dados pessoais;
 - c) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - d) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - e) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
3. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar/apagar os dados pessoais, que tenham sido objeto de tratamento, no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes.

Cláusula Sétima

Documentos Integrantes do Contrato

Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Pelo Segundo Outorgante foram exibidas:

- a) Certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em de 24 de julho de 2024, pelo Serviço de Finanças de Lisboa;
- b) Declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Direta em 25 de julho de 2024;
- c) Declaração em como a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, datada de 31 de julho de 2024;
- d) Documentos emitidos pelo Ministério da Justiça em 1 de agosto de 2024, comprovativos de que a sua representada e os titulares dos respetivos órgãos sociais não foram condenados por sentença transitada em julgado em qualquer crime.

O presente contrato vai ser assinado digitalmente pelo representante do Primeiro e Segundo Outorgante.

O presente contrato produz efeitos jurídicos na data da assinatura através da assinatura eletrónica qualificada pelo Segundo Outorgante, se diferente da data nele aposta.

Pelo primeiro outorgante:

Pelo segundo outorgante:

